

David J. Rosner (ed.), *Catastrophe and Philosophy*, Lexington Books, 2019; 370 pp.; ISBN 978-1-4985-4011-7.

O livro *Catastrophe and Philosophy* editado por David J. Rosner parte de um pressuposto básico, mas algo esquecido na prática da filosofia, pressuposto esse que remonta aliás aos primórdios radicais da aventura do pensamento. A metodologia do labor filosófico pode bem caracterizar-se pela mestria em esgrimir silogismos lógicos, a par de um esforço bibliográfico especializado, domínio de vários idiomas e do respectivo vocabulário atinente a um certo campo de pesquisas, mas embora atravessado de termos e conceitos técnicos, ele não se deixa resumir a uma mera técnica. A força motriz na origem de algum formalismo em filosofia e que não deixa de lhe conferir o seu propósito é todavia esse interrogar primacial da realidade circundante desse alguém que “faz” filosofia.

Há, na fenomenologia do labor filosófico, a consolidação de uma atitude técnica e profissional que tende a obnubilizar essoutra mais original e de onde aliás retira a sua proveniência. Em última análise, o léxico de procedimentos e conceitos que constitui o domínio de uma dada área disciplinar não se deixaria compreender sem essa abertura primeira à realidade. Aquele que interroga e questiona com mais ou menos talento ou mais ou menos método não o faz sem antes se saber filiado num património e numa história de sucessivos sobressaltos instados pelo ser ou por um certo acontecimento disruptivo que cativa a interrogação e desperta a sistematização. A obra, qualquer uma delas, nasce por isso de uma tentativa biográfica de simultâneo auto- e hétero-questionamento do significado das circunstâncias e eventos e que não deixam de solicitar uma reacção. É neste âmbito que o contexto que rodeia a obra, se não explica o seu alcance, permite pelo menos pensar o horizonte de sentido com o qual ela se debate.

O esquecimento dessa condição primacial que é o de tantas vezes ter havido um acontecimento solene e de relativa gravidade ou magnitude que acompanha ou contextualiza o tempo e o espaço de vida de um dado autor é talvez uma condição para que a obra do próprio possa ganhar uma voz ou estatuto pautado por universal. Ou seja, ela contém propriedades que não pertencem à própria tipologia antropológica da sua génese nem a um mero apontamento historiográfico, mas que ultrapassam esses condicionalismos e falam-nos ainda de viva voz. E no entanto, na mesma medida que a filosofia atenta nas próprias condições de possibilidade de discursos universais, ela sabe pensar-se criticamente como distinta dos resultados das leis de carácter geral da ciência ou da matemática e problematizar os limites de uma pretensão à universalidade alheia a qualquer contexto prático, contexto em que a obra adquire um primeiro sentido como resposta às circunstâncias que rodeiam o mundo da vida do autor. No limite, um convite a determo-nos no contexto em que história e biografia se entrecem a montante de uma dada obra filosófica permite situá-la como uma eminente tarefa de constituição do sentido e alerta-nos para o

jogo hermenêutico entre o universal e o particular.

É nesta acepção que o livro em apreço propõe não uma filosofia da catástrofe, mas sobretudo uma leitura da história das ideias e da filosofia a partir de um ponto de vista que vê nas catástrofes e as suas diferentes tipologias e modalidades como paradigma de mudança cultural. Para lá de toda a devastação, as catástrofes desencadeiam igualmente um abalo primeiro que se traduz pela disseminação da incapacidade de atribuir um sentido ao ocorrido. Trata-se de uma leitura que situa a filosofia, tal como a literatura, a arte ou a religião na esfera prática do mundo da vida e assim sujeito a reviravoltas abruptas que abalam as suas condições de possibilidade. A filosofia é assim invocada para a tarefa urgente de uma reflexão, no pressuposto de poder descrever o sentido do sucedido, quiçá até justificá-lo ou declará-lo como inescrutável. É no próprio processo de interrogação que são inauguradas outras formas de enfrentá-lo, de resolvê-lo ou de declará-lo como evento fundador, isto é, como ponto de inflexão na auto-compreensão que o ser humano tem de si próprio.

Os exemplos mais ou menos recentes abundam: o terramoto de Lisboa de 1755 sobressaltou a Europa das Luzes e convocou-a para discutir a questão em torno da natureza do mal, do silêncio de Deus, da teodiceia e do hiato insuperável entre as leis naturais e as leis morais. Voltaire, Kant, Rousseau e Kleist, entre outros, intentaram uma leitura do significado desse acontecimento e das suas causas. Também o período do pós-Segunda Guerra Mundial se deparou com a devastação europeia, o início da era atômica, a revelação bárbara da miséria dos campos de concentração e o remate final da aliança metodológica entre a era industrial e a carnificina: a Shoah. Tudo isto não poderia deixar de lançar a tantas vidas a missão e o tormento de conciliar o fardo insustentável da memória com a mais profunda letargia face à fragilidade das construções humanas, ditada pelo imperativo de a vida ter de continuar a sempre inacabada tarefa de se reerguer das cinzas.

No entanto, as habituais estruturas de consciência e da sensibilidade com que o mundo aparecia de forma habitual e se tornava familiar são violentamente arrancadas e pulverizadas com óbvias repercussões para tudo aquilo que antes era considerado ao abrigo da mudança: surge a fragmentação e a dissolução do que antes era assumido como estável, a par do voluntarismo associado às normas morais, políticas, estéticas, legais ou urbanísticas. Os papéis sociais, fontes de identidade e mundivisão, tornam-se esvaziados e com eles surge o questionamento acerca do significado da vida face à devastação. Ao mesmo tempo, a catástrofe e a subsequente crise afirmam-se como alfobre de outras nascentes mundivisões pelas quais a esperança e a busca de um fundamento que resista aos reveses do acaso se alarga e renova. O rescaldo salda-se com frequência pela busca activa de uma forma de organização social e política que permita a resolução dos problemas humanos baseada em algo intrínseco à natureza humana e não em factores externos contingentes e temporários tais como o poder ou a opulência. É ela que insta um ideal de virtude encarnada pela conduta do sábio e que caberá à cultura preservar e transmitir. O colapso do mundo grego, por exemplo,

resultou na multidão sincrética e cosmopolita de filosofias helenísticas e religiões nascentes que contribuíram para uma nova compreensão do homem no cosmos e instauraram novas narrativas de esperança e salvação.

O ponto é reconhecer que a tarefa do pensar está necessariamente encastoadada num certo contexto prático. Quando a ordem do mundo histórico precedente é desestruturada ou varrida em definitivo, o pensar, face à fractura radical introduzida por certos acontecimentos, tem de se haver necessariamente com reconfigurações hermenêuticas, impossibilidades explicativas e a revisão das forças estruturais até então assumidas como sólidas. O sentido que armava a interpretação do mundo torna-se insuficiente perante a desocultação repentina de uma ordem intangível ou numenal que subjaz à ordem humana. O ajustamento psíquico e social face ao trauma, o alcance e os limites da razão, a inteligibilidade do real, a relação entre o indivíduo e o colectivo, o relativismo ou o cepticismo relativamente à fundamentação dos valores e a discricionariedade do poder como critério derradeiro da moral num cenário de anomia são algumas das questões que repassam os vários capítulos deste livro.

A abordagem seguida pela obra «Catastrophe and Philosophy» incorre por isso em vários riscos. Um deles é a latitude com que o termo catástrofe é usado ou pressuposto ao longo de vários artigos sem que por vezes seja precisado o seu significado e distinguido daqueles outros que lhe são análogos. De facto, o termo “catástrofe”, originariamente proveniente da tragédia clássica e na medida em que tem ganho relevância analítica para descrever sobretudo acontecimentos imprevistos e gravosos, tem sofrido uma inflexão semântica para outros domínios que se caracteriza pela proximidade a termos como crise, desastre, calamidade, colapso. Daí que possamos encontrar termos como crises ou catástrofes epistémicas, morais, humanitárias ou demográficas, abrindo a extensão dos temas tratados na medida em que a sua compreensão se reduz. A questão não é esse alargamento, mas a própria forma como ele não é ao longo de vários capítulos justificado ou enquadrado por uma introdução.

Outro dos riscos é, por conseguinte, o proceder-se desde logo a um simples catálogo de ocorrências das várias crises e catástrofes em diferentes espaços e tempos e sem que aparentemente nada tenham de comum. O risco é pensá-las apenas de um ponto de vista empírico, externo, como resultado da configuração desajustada entre circunstâncias materiais e sociais correntes que precederam e sucederam ao acontecimento. Apesar de ser esse um risco metodológico, a devassa de acontecimentos catastróficos passados, sejam ele de origem natural ou artificial, é também o encontro com a possibilidade de o sofrimento descontrolado, da dor informe e, enfim, o mal, não terem qualquer justificação e terem de ser encontrados na sua insumível singularidade. E esse é talvez o ponto crucial que a análise de catástrofes revela: o facto de elas ocorrerem é a demonstração cabal de como as nossas mais sistemáticas tentativas de explicação e predição albergam no seu âmago uma incompletude de potencial intempestivo para o nosso mundo de estabilidade, regularidade e ordem.

O facto de as catástrofes continuarem a acontecer e acastelarem-se levanta a suspeita de haver uma lógica subterrânea inacessível à razão que demora em manifestar-se, mas cujo desvelo possui uma eloquência quanto às nossas mais caras expectativas de transparência e controlo. Não obstante a sociedade industrial acomodar a catástrofe como excepção temporária a ser reenviada a um défice de prevenção e previsão, subsistem instantes em que se vislumbra como a eloquência de certos acontecimentos levantam a suspeita de uma outra temporalidade alheia àquela do futuro como produção. Todas estas matérias são de alguma forma os pressupostos abordados em «Catastrophe & Philosophy».

Na sua aceção de empreender uma leitura da filosofia a partir da perspectiva da catástrofe, o livro organiza-se ao longo de dezoito capítulos subdividido em seis secções, sendo que a última secção corresponde à conclusão e apenas a um capítulo. As restantes cinco secções seguem uma divisão por épocas frequente em volumes que propõem uma outra leitura da história das ideias, sendo que dois capítulos são votados à Modernidade. A organização compreende assim o Mundo Antigo, a Idade Média e o Renascimento, o início da era Moderna, a tardo-Modernidade e a pós-Modernidade. A distribuição dos artigos por cada secção é algo assimétrica. A última parte, a da pós-Modernidade, inclui por exemplo apenas dois capítulos, enquanto a da tardo-Modernidade compreende um total de seis capítulos. Os temas, embora votados à genealogia do fazer filosófico tal como enraizado no tempo da catástrofe, caso fossem seriados de acordo com uma outra divisão, poderiam ser agrupados em tópicos da história da religião, dos estudos literários, da filosofia política, da metafísica, da estética e do direito.

A introdução ao volume de Rosner é assaz sólida e estabelece os pontos-chave comuns a praticamente todos os capítulos. Além da introdução geral, cada secção epocal compreende ainda um prefácio da sua autoria e que precisa o âmbito dos capítulos. Se nestas são referidas as várias catástrofes que motivam os respectivos capítulos, naquela o leitor é familiarizado com alguns dos conceitos e considerações que atravessam as reflexões dos vários autores. Neste contexto, refira-se, caso houvesse ainda dúvidas, como uma breve contabilidade dá conta da copiosa fertilidade da guerra para a filosofia. Ela surge nesta obra como a mais frequente das catástrofes de origem humana. É no seu rescaldo que os autores de muitos capítulos situam obras que, não obstante deterem um alcance universal, devem a sua génese a questões levantadas pelo próprio testemunho da miséria, ruindades e chacinas ocasionados pela violência organizada e as demonstrações impiedosas de força. A guerra do Peloponeso (*A República* de Platão), o período dos Reinos Combatentes (Daoísmo e Confucionismo), a ocupação babilónica de Jerusalém (*Livro das Lamentações*), o saque de Roma (*A Cidade de Deus* de Santo Agostinho), a Guerra dos Trinta Anos (*O Leviatã*, de Thomas Hobbes e as *Meditações sobre Filosofia Primeira*, de René Descartes), além da ruína do Império Austro-Húngaro (*O Tractatus*, de Ludwig Wittgenstein), as duas Guerras Mundiais (*Um Estudo de História*, de Arnold Toynbee) atestam como

a metódica da mortandade que recheia a história, se não explica todo o conteúdo das obras em questão - o que seria uma explicação naturalista - motiva, pelo menos, através do confronto com dada uma situação, o horizonte de problematização inicial dessas obras. A perda irreparável da anterior estabilidade social e política e a noção da impermanência, instabilidade e abusos do poder não poderiam deixar de instar a busca da fundamentação mais apropriada da moral e dos costumes e dos respectivos critérios associados à natureza humana.

Além da frequência da guerra, ao longo do livro damos conta dos efeitos de outras catástrofes causadas por um conjunto de vários fenómenos que exorbitam em todas as épocas a vulnerabilidade das muralhas da cidade dos homens face à natureza ou ilustram, como a guerra, os vários desmandos da própria potência humana. Acontecimentos como as invasões bárbaras e o saque de Roma, a Peste Negra, o terramoto de Lisboa de 1755, os ataques do 11 de Setembro e o Holocausto constituem-se como marcos que dão a um determinado período histórico o seu clima espiritual, tornando a sua identificação como períodos flagrantes de incerteza e insegurança universais. Como alerta Rosner na sua introdução, a catástrofe, ao relevar a anomia cósmica, manifesta-se outrossim de forma eminentemente positiva, seja como fonte de novos valores ou de uma renovação espiritual colectiva, seja pelo reconhecimento de haver uma discrepância cognitiva prévia e que permitiu o aparecimento de um evento traumático.

Os vários capítulos, ao inscreverem a filosofia na história, intentam mostrar como esta pode ainda assim reclamar os seus desenvolvimentos mais profícuos como pensamento de um mundo em mudança. A filosofia descobre-se aí igualmente como possível acto terapêutico simultâneo à interrogação, como esforço e tentativa de salvaguarda da sobrevivência do sentido através da reflexão e dos limites das narrativas destinadas à reforma de uma consciência fracturada. Há por isso uma crítica implícita a alguma actividade filosófica como projecto de identificação das ideias e essências universais e eternas ou das características invariantes ou universais da condição humana independentes de qualquer contexto, mas sem que isso signifique à partida assumir-se a pretensão de tornar o fazer filosófico numa mera historiografia ou etnografia das ideias. De facto, como indica o autor e editor, a pluralidade das catástrofes não deixa de indiciar como cada sua instanciação se reclama como experiência de alcance transversal que atesta a constância da natureza humana, isto é, através da forma como as respostas emocionais face à catástrofe em lugares e épocas distintas – raiva, medo, vergonha, desespero, prazer, amor, gratidão, empatia – não deixam ainda de nos comover, espantar e sugerir que as reacções das comunidades às catástrofes são intemporais.

Por último, assinale-se a ambição da obra. Ao consistir na perspectivização dos temas a partir do ângulo da catástrofe, permite uma abertura diversa do leque de filosofemas, mas com isso torna-se comprometido com trabalhos de diferente profundidade. Capítulos há que são verdadeiros estudos de fundo no tratamento da

questão ou cuja originalidade deverão merecer a atenção de qualquer investigador, independentemente da sua especialização. Outros, infelizmente, na medida em que cumprem os requisitos para pertencer a este volume e à linha de pesquisa que enceta, parecem apenas aflorar ao de leve a matéria a que se propõem e são apenas uma introdução geral e até superficial. São afinal os riscos intrínsecos a uma edição que parte de uma leitura complementar da história da filosofia como estando encastoadada e radicada num chão atravessado de incerteza. O saldo pauta-se, contudo, por um volume sólido, coerente e relevante e que deve merecer a atenção do público em geral, desde especialistas a estudantes.

Tiago Mesquita Carvalho  
(Instituto de Filosofia)